



Concurso Público nº 04/UGA/MS/2015, aquisição de 500 *kit's* para a
cirurgia de catarata

CADERNO DE ENCARGOS

Financiado pelo Orçamento Geral do Estado 2015 – Projecto de Luta
Contra a Cegueira



Agosto de 2015



ÍNDICE

PARTE I Cláusulas Jurídicas.....	2
Artigo 1º Objecto	2
Artigo 2º Local de [entrega dos bens/prestação dos serviços]	2
Artigo 3º Prazo de [entrega dos bens/prestação dos serviços]	2
Artigo 4º Condições de pagamento	2
Artigo 5º Documentação	2
Artigo 6º Sigilo.....	3
Artigo 7º Testes de aceitação	3
Artigo 8º Aceitação	4
Artigo 9º Propriedade Intelectual e direitos de autor.....	Erro! Indicador não definido.
Artigo 10º Subcontratação.....	4
Artigo 11º Penalidades	4
Artigo 12º Casos fortuitos ou de força maior	4
Artigo 13º Caução para garantir a boa execução	4
Artigo 14º Levantamento da caução de garantia de boa execução	5
Artigo 15º Caução para garantia de adiantamentos	5
Artigo 16º Redução da caução por adiantamentos.....	5
Artigo 17º Patentes, licenças e marcas registadas	5
Artigo 18º Garantia	6
Artigo 19º Rescisão do contrato.....	6
Artigo 20º Renovação do contrato	Erro! Indicador não definido.
Artigo 21º Actualização dos encargos contratuais.....	Erro! Indicador não definido.
Artigo 22º Prazos e regras de contagem.....	6
Artigo 23º Notificações, informações e comunicações	6
Artigo 24º Actualizações de âmbito administrativo, jurídico e comercial do adjudicatário	7
Artigo 25º Encargos do Concorrente	7
Artigo 26º Arbitragem.....	Erro! Indicador não definido.
Artigo 27º Foro Competente.....	7
Artigo 28º Prevalência	7
PARTE II Cláusulas Técnicas	8
Artigo 29º Enquadramento	8
Artigo 30º Especificação do fornecimento	8
Artigo 31º Gestão global e controlo de qualidade.....	9
Artigo 32º Equipa	9

CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO Nº 04/UGA/MS/2015, aquisição de 500 kit's para a cirurgia de catarata

PARTE I
Cláusulas Jurídicas



Artigo 1º
Objecto

O objecto do contrato consiste, de acordo com as cláusulas técnicas descritas na parte II deste caderno de encargos, no fornecimento de 500 kit's para a cirurgia de catarata.

Artigo 2º
Local de entrega dos bens

Os bens objecto do contrato serão entregues no Hospital Dr. Agostinho Neto, sito na Cidade da Praia.

Artigo 3º
Prazo de entrega dos bens

1. O fornecimento a realizar no âmbito do contrato deverá ser integralmente executado no prazo de 45 dias corridos, a contar da data da assinatura do contrato.
2. O fornecimento será executado de acordo com o programa de trabalhos definido pela entidade adjudicante.

Artigo 4º
Condições de pagamento

1. As condições de pagamento do encargo total do fornecimento são fixadas de acordo com as regras estabelecidas no programa de procedimento.
2. Para efeitos de pagamento, as facturas deverão ser apresentadas com uma antecedência de 15 dias úteis em relação à data do respectivo vencimento.
3. Não sendo observado o prazo estabelecido no número anterior, considera-se que a respectiva prestação só se vence nos 15 dias úteis subsequentes à apresentação da correspondente factura.

Artigo 5º
Documentação

1. O adjudicatário entregará à entidade adjudicante, no prazo de 5 dias úteis, após a conclusão do fornecimento, os seguintes documentos:
 - ✓ Catálogos;
 - ✓ Manuais de utilização;
 - ✓ Etc.
2. A entidade adjudicante poderá, para seu uso exclusivo, proceder à reprodução de todos os documentos referidos no número anterior.

3. O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objecto do contrato, todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.

Artigo 6º
Sigilo

1. O adjudicatário garantirá o sigilo quanto a informações a que os seus técnicos venham a ter acesso relacionado com a actividade da entidade adjudicante.
2. O adjudicatário compromete-se a respeitar a confidencialidade sobre todos os dados disponibilizados pela entidade adjudicante e pelas restantes Entidades do Sistema, bem como pelas informações de carácter pessoal ou processual dos sistemas de informação da entidade adjudicante, não os disponibilizando a quaisquer outras entidades, salvo autorização expressa da entidade adjudicante.
3. O adjudicatário assume, igualmente, o compromisso de remover e destruir, no final do projecto, todo e qualquer tipo de registo (magnético ou em papel) relacionado com os dados analisados e que a entidade adjudicante considere como de acesso privilegiado.
4. O adjudicatário obriga-se, de um modo especial, a guardar sigilo quanto ao conteúdo e utilização dos sistemas de informação da responsabilidade da entidade adjudicante, nos termos legalmente previstos.
5. De igual forma, o adjudicatário garante que terceiros, que utilize na execução dos serviços, respeitam o dever de confidencialidade.
6. O adjudicatário compromete-se a aceitar as normas e procedimentos do primeiro outorgante e das restantes Entidades do Sistema, que lhe sejam prévia e devidamente comunicadas no que respeita à identificação das pessoas, acesso e circulação dentro das instalações, bem como as relativas às políticas de segurança e privacidade.

Artigo 7º
Testes de aceitação

1. A adequação do resultado final do fornecimento dos bens efectuado face aos requisitos estabelecidos e à documentação técnica facultada será aferida através da realização de testes.
2. Os testes serão definidos pelo Ministério da Saúde.
3. Os testes serão efectuados no prazo de 5 dias úteis a contar da conclusão do fornecimento.
4. Se os testes não forem executados no tempo e com os resultados estabelecidos, por razões imputáveis ao adjudicatário, a entidade adjudicante pode:
 - a) Exigir a substituição dos bens necessários à conclusão dos testes de aceitação, num prazo de 15 dias úteis;
 - b) Aceitar e utilizar determinados bens fornecidos mediante o pagamento de um preço reduzido, a acordar entre as partes;
 - c) Rescindir o contrato sem quaisquer ónus ou encargos da sua responsabilidade.





Artigo 8º
Aceitação

1. Após a verificação do resultado satisfatório dos testes, o primeiro outorgante lavrará um auto de aceitação dos bens fornecidos, onde ficará registada a data de aceitação dos mesmos, bem como a ocorrência de eventuais falhas ou deficiências constatadas na execução do fornecimento.
2. Caso as entregas não sejam aceites pelo primeiro outorgante, por motivos justificados, o segundo outorgante obriga-se a corrigir as mesmas, de forma a cumprirem os requisitos definidos no Caderno de Encargos.
3. O auto de aceitação será enviado ao segundo outorgante no prazo de 5 dias úteis a contar da data da aceitação.

Artigo 9º
Transferência da posse e da propriedade dos bens

1. Com a entrega dos bens objecto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para a entidade adjudicante, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.
2. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objecto do contrato e respectivos documentos para o local de entrega e com a respectiva instalação são da responsabilidade do fornecedor.

Artigo 10º
Subcontratação

1. O adjudicatário não poderá subcontratar com terceiros parte das prestações derivadas do contrato original.

Artigo 11º
Penalidades

No caso de incumprimento dos prazos fixados no contrato e por causa imputável ao adjudicatário, poderá ser aplicada uma penalidade, calculada de acordo com a seguinte fórmula:

Penalidade = valor do contrato / 365 x nº de dias de incumprimento

Artigo 12º
Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, designadamente, greves ou outros conflitos colectivos de trabalho, for impedida de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

Artigo 13º
Caução para garantir a boa execução

1. Para garantir o exacto e pontual cumprimento das suas obrigações, o adjudicatário deve prestar uma caução no valor de 5% do montante total do fornecimento, com exclusão do IVA.

2. A entidade adjudicante pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais, pelo adjudicatário.

Artigo 14º

Levantamento da caução de garantia de boa execução

1. No prazo de 30 dias úteis contados do cumprimento de todas as obrigações contratuais por parte do adjudicatário, a entidade adjudicante promove a liberação da caução a que se refere o artigo anterior.
2. A demora na liberação da caução confere ao adjudicatário o direito de exigir à entidade adjudicante juros sobre a importância da caução, calculados sobre o tempo decorrido desde o dia seguinte ao termo do prazo referido no número anterior, nas condições a estabelecer por portaria do Ministro das Finanças.

Artigo 15º

Caução para garantia de adiantamentos

1. Para garantir o pagamento de adiantamentos, o adjudicatário deve prestar uma caução de valor igual ou superior aos adiantamentos a efectuar.
2. A caução deve ser prestada e comprovada antes de se efectuar o respectivo adiantamento.
3. No caso de se verificar o incumprimento do contrato, a entidade adjudicante pode considerar perdida a seu favor uma parte ou a totalidade da caução prestada, independentemente de decisão judicial, quando o adjudicatário não forneça bens de valor igual ou superior ao montante em causa.

Artigo 16º

Redução da caução por adiantamentos

1. A pedido do adjudicatário, a caução deve ser reduzida à medida que se procede à dedução nos pagamentos ou quando aquele forneça bens de valor igual ou superior ao montante da redução sem que se tenha procedido ao respectivo pagamento.
2. Ocorrendo a situação prevista no número anterior, a caução deve ser reduzida ou totalmente liberada nos 30 (trinta) dias subsequentes ao pedido apresentado, sendo aplicável o disposto no n.º 3 do artigo 62.º do Regulamento aprovado pelo Decreto-Lei 1/2009, de 5 de Janeiro.

Artigo 17º

Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.





Artigo 18º
Garantia

1. O adjudicatário garantirá, sem qualquer encargo para a entidade adjudicante, os bens fornecidos pelo prazo de pelo menos 1 ano.
2. O prazo de garantia referido no número anterior conta-se a partir da data de aceitação dos bens.
3. São excluídos da garantia todos os defeitos que notoriamente resultarem de má utilização, de uma utilização abusiva ou de negligência da entidade adjudicante, bem como todos os defeitos resultantes de fraude, acção de terceiros, de caso fortuito ou de força maior.
4. Em caso de anomalia detectada no objecto do fornecimento, o adjudicatário compromete-se a intervir, sem prejuízo do direito ao pagamento dos honorários devidos se a anomalia resultar de facto não imputável ao adjudicatário.

Artigo 19º
Rescisão do contrato

1. O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento definitivo quando houver atraso na entrega dos bens ou falta de reposição de bom funcionamento por período superior a 30 dias úteis.

Artigo 20º
Prazos e regras de contagem

Os prazos estabelecidos neste Caderno de Encargos, contam-se de acordo com o disposto no artigo 2.º do Regulamento aprovado pelo Decreto-Lei 1/2009, de 5 de Janeiro.

Artigo 21º
Notificações, informações e comunicações

1. As notificações, informações e comunicações entre o adjudicatário e a entidade adjudicante, devem ser efectuadas com suficiente clareza, para que o destinatário fique ciente da respectiva natureza e conteúdo.
2. Com excepção das situações em que seja exigida formalidade especial, devidamente assinalada no Caderno de Encargos, as notificações, informações e comunicações a enviar, podem ser efectuadas:
 - a) Por telefone, por fax ou por correio electrónico, se a urgência do caso recomendar o uso de tais meios;
 - b) Pessoalmente;
 - c) Por via postal simples;
 - d) Por carta registada, com aviso de recepção.
3. As notificações, as informações e as comunicações efectuadas nos termos das alíneas a) e b) do número anterior, devem ser confirmadas por qualquer dos meios previstos nas alíneas c) e d), no prazo de 48 horas.

Artigo 22º

Actualizações de âmbito administrativo, jurídico e comercial do adjudicatário

1. O adjudicatário deve comunicar à entidade adjudicante qualquer facto que ocorra durante a execução do Contrato e que altere, designadamente:
 - a) Os poderes de representação dos seus mandatários no Contrato;
 - b) A sua denominação e sede social;
 - c) A sua situação jurídica;
 - d) A sua situação comercial.
2. O adjudicatário obriga-se, durante a vigência do Contrato, a manter regularizadas as obrigações fiscais para com o Estado de Cabo Verde e as obrigações contributivas para a segurança social em Cabo Verde (ou do Estado de que seja nacional ou onde se encontre estabelecido).

Artigo 23º

Encargos do Concorrente

São encargos do concorrente as despesas inerentes à elaboração da proposta, incluindo as da prestação da caução, da celebração do contrato e com o visto do Tribunal de Contas.

Artigo 24º

Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal da Comarca da Praia, com renúncia expressa a qualquer outro.

Artigo 25º

Prevalência

1. Fazem parte integrante do contrato o caderno de encargos, o programa de procedimento e a proposta do adjudicatário.
2. Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o texto do contrato, seguidamente o caderno de encargos e o programa de procedimento e em último lugar a proposta do adjudicatário.



PARTE II
Cláusulas Técnicas

Artigo 26º
Enquadramento

Neste artigo a entidade adjudicante explicitará e sustentará a necessidade do fornecimento em causa, identificando, designadamente, as razões organizacionais, sociais, ambientais, tecnológicas, económicas, legais, políticas que suportam a necessidade da aquisição em causa.

Identificará igualmente os problemas a resolver e os objectivos, gerais e específicos, a atingir com a aquisição.

Artigo 27º
Especificação do fornecimento

Nº ord	Consumível	Quantidade
1	Campo cirúrgico oftálmico estéril fenestrado com área de incisão e bolsa	500 unidades
2	Lente intraocular de Camara posterior, acrílica de 3 peças para inserção no sulco	250 unidades de 21.00 dioptrias 10 unidades de 21.50 dioptrias 50 unidades de 22.00 dioptrias 10 unidades de 22.50 dioptrias 30 unidades de 23.00 dioptrias 10 unidades de 23.50 dioptrias 15 unidades de 24.00 dioptria 10 unidades de 25.00 dioptrias 5 unidades de 26.00 dioptrias 50 unidades de 20.00 dioptrias 30 unidades de 19.00 dioptrias 10 unidades de 18.00 dioptria 5 unidades de 17.00 dioptrias 5 unidades de 16.00 dioptrias 5 unidades de 15 dioptrias 5 unidades de 12 dioptrias 5 unidades de 10 dioptrias
3	Lente intraocular de Camara anterior, PMMA	5 unidades de 20.00 dioptrias 5 unidades de 18.00 dioptrias 5 unidades de 17.00 dioptrias
4	Crescent bevel up 2,6mm estéril	500 unidades
5	Slit Knife 3.0 mm estéril	500 unidades
6	Trypan blue 0,05% estéril	100 frascos
7	Viscoelástico dispersivo	500 seringas
8	Viscoelástico coesivo	20 seringas
9	Sutura nylon monofilamento 10-0 estéril	2 caixas
10	Microesponja com ponta afilada estéril	10 caixas
11	Protector ocular de plástico perfurado	500 unidades



Artigo 28º
Gestão global e controlo de qualidade

Requisitos necessários para assegurar uma correcta gestão do fornecimento:

- Verificação de autenticidade dos equipamentos;
- Verificação de autenticidade do sistema operativo;
- Verificação do funcionamento dos aparelhos objecto do presente procedimento;

Artigo 29º
Equipa

A equipa afeto ao projecto deve ter o seguinte perfil: mínimo 2 (dois) técnicos detentores de bons conhecimentos dos equipamentos em causa e com experiência comprovada, e um técnico da área financeira.

Praia, 13 de Agosto de 2015

O Coordenador da UGA,


/João José Barros Pires/

